



**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO**  
**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

**DECLARAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS**  
**ANO FISCAL DE 2012**

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**  
**DIREÇÃO GERAL DO TESOURO**

## Prefácio

*O Relatório Financeiro do Director do Tesouro relativo ao Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano para o Ano Financeiro de 2012 foi preparado de acordo com o artigo 32.º e com a alínea b) do número 1 do artigo 45.º da Lei sobre Orçamento e Gestão Financeira, Lei no. 13/2009, de 21 de Outubro. Este é o segundo relatório do FDCH apresentado pelo Tesouro.*

*Os dados compilados e apresentados neste relatório visam fornecer informações fiáveis, significativas e úteis ao Parlamento Nacional, ao povo da República Democrática de Timor-Leste e a outros utilizadores interessados.*

*O relatório inclui as Declarações Financeiras Anuais auditadas, em conformidade com os princípios de contabilidade do setor público segundo o Método de Caixa, bem como declarações suplementares preparadas de acordo com a dotação final.*

*Tenho a honra de apresentar aos ilustres Deputados o Relatório e Contas do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano para o Ano Financeiro de 2012.*



Emília Pires

**Ministra das Finanças**

## Índice

Relatório do Director-Geral do Tesouro.....	5
Declaração das responsabilidades do Ministério das Finanças .....	10
Relatório do Auditor Independente.....	11
Declaração de Receitas e Pagamentos em Dinheiro.....	13
Notas às Declarações Financeiras .....	14
Declarações Suplementares Não Auditadas.....	20

# REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

## FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO

### Informações Gerais

Para o período que terminou a 31 de Dezembro de 2012

---

#### **Conselho de Administração:**

- Primeiro-Ministro	Kay Rala Xanana Gusmão
- Ministra das Finanças	Emília Pires
- Ministro da Justiça	Dionísio Babo
- Ministro da Educação	Bendito Freitas
- Secretário de Estado dos Recursos Naturais	Alfredo Pires
- Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego	Elídio Pereira

#### **Director-Geral do Tesouro**

Agostinho Castro

#### **Ministério da Educação – Apoio técnico e administrativo:**

- Secretariado Técnico	Alberto X. P. Carlos
------------------------	----------------------

#### **Banco**

Banco Central de Timor-Leste

#### **Auditor Independente**

Deloitte Touche Tohmatsu

## RELATÓRIO DO DIRECTOR-GERAL DO TESOURO

### **1. Base de preparação**

As Declarações Financeiras foram preparadas de acordo com o Método de Caixa das Normas Internacionais de Contabilidade do Sector Público (“Método de Caixa NICSP”), em conformidade com a Parte 1 dessas Normas.

### **2. Reporte Financeiro segundo o Método de Caixa**

O Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano foi estabelecido em Março de 2011 segundo o Artigo 32.º da Lei de Gestão Financeira e Orçamental, o qual estabelece que, sempre que autorizada por lei, a Ministra das Finanças tem poder para estabelecer fundos especiais fora do Fundo Consolidado. As receitas, rendimentos e lucros destes fundos não são transferidos para o Fundo Consolidado no final do ano, sendo ao invés retidos pelos fundos de modo a que estes possam cumprir a sua finalidade. De acordo com a legislação vigente, a Ministra das Finanças é responsável por gerir e controlar os fundos.

A alínea 5) do número 1 do Artigo 45.º da Lei de Orçamento e Gestão Financeira estabelece que o Ministério das Finanças deverá submeter um conjunto de declarações financeiras consolidadas auditadas compilado pelo Tesouro, consistente com as normas internacionais de contabilidade. O número 1 do Artigo 43.º da mesma Lei estabelece que os registos contabilísticos devem ser mantidos segundo a classificação de método de caixa proposto pelo Fundo Monetário Internacional. Deste modo as presentes declarações financeiras consolidadas foram preparadas segundo o Método de Caixa NICSP.

### **3. Reporte Financeiro segundo a Dotação Orçamental**

As Declarações Financeiras Suplementares refletem a execução orçamental cobrada contra as dotações e consistem em transações para o período de 1 de Janeiro de 2012 até 31 de Dezembro de 2012.

Os saldos de dotações no final de cada ano financeiro são retidos na conta oficial do Fundo e transportados para o ano seguinte.

#### 4. Estimativas de Despesas Orçamentais

O Orçamento Original para o Ano Financeiro de 2012 foi aprovado a 25 de Novembro de 2011 e promulgado a 15 de Novembro de 2011. Durante 2012 o Parlamento Nacional aprovou um Orçamento Rectificativo a 17 de Outubro de 2012, o qual foi promulgado a 25 de Outubro de 2012.

Os detalhes das alterações nos saldos de dotações são os seguintes:

**Tabela 1**

Dotações Originais – Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano AF de 2012 (milhares de dólares)	Dotações transportadas a partir do período anterior – líquidas (milhares de dólares)	Dotações Finais AF de 2012 (milhares de dólares)
30.000	7.448	37.448

Em 2012 foram transportadas dotações do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano não utilizadas em 2011 no valor de 8,198 milhões de dólares, uma vez que este fundo é plurianual.

O montante incluído nas dotações de 2012 a partir dos saldos transportados foi limitado a 7,448 milhões de dólares, uma vez que esse foi o montante de dotações transportadas aprovado pelo Parlamento Nacional no Orçamento Rectificativo de Outubro de 2012. O montante aprovado de 7,448 milhões de dólares foi acrescentado ao Orçamento Original para 2012 de 30,0 milhões de dólares, totalizando assim o valor de 37,448 milhões de dólares como dotações no Orçamento Final.

Os 750.000 dólares representando a diferença entre o montante transportado de 8,198 milhões de dólares e o montante aprovado de 7,448 milhões foi incluído no montante do Orçamento para 2013 transportado em 31 de Dezembro de 2012, dado que o Orçamento para 2013, incorporando esta dotação adicional, foi entretanto aprovado pelo Parlamento Nacional.

Os saldos nas Declarações Suplementares não auditadas foram ajustados segundo os totais das Divisões de modo a indicar os movimentos acima durante 2012.

Tabela 2

Programas	Dotações Finais no Orçamento Rectificativo AF de 2012 (milhares de dólares)	Redistribuições (milhares de dólares)	Dotações Finais AF de 2012 (milhares de dólares)
Formação Profissional	10.256	-	10.256
Formação Técnica	4.116	-	4.116
Bolsas de Estudo	13.126	-	13.126
Outros Tipos de Formação	9.950	-	9.950
<b>Total</b>	<b>37.448</b>	<b>-</b>	<b>37.448</b>

## Execução Orçamental

### 1. Execução Orçamental Global

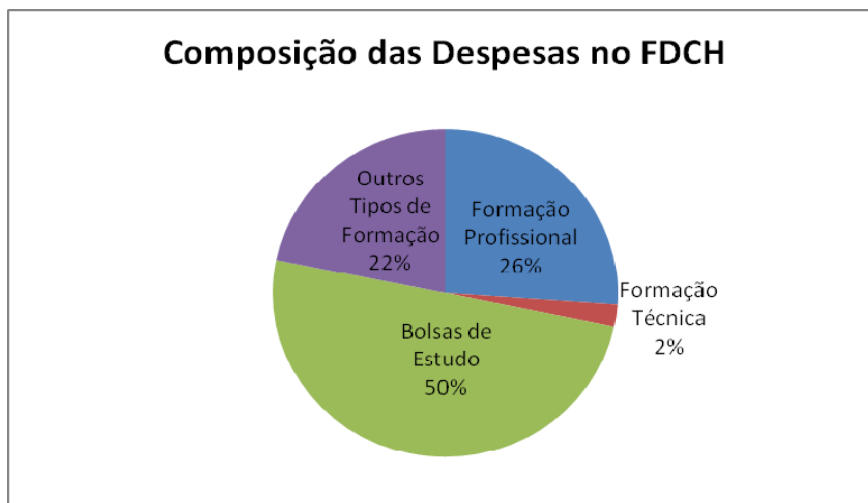
As receitas e despesas concretas para o Ano Fiscal de 2012 são indicadas segundo o Método de Caixa Pleno, o qual exige que somente as receitas recebidas e as despesas pagas pelo Fundo até 31 de Dezembro de 2012 sejam registadas e reportadas.

	Dotação Original 2012 (milhares de dólares)	Dotações finais transportadas a partir do orçamento para 2011 (milhares de dólares)	Estimativas Orçamentais Finais (milhares de dólares)	Concreto (milhares de dólares)	Percentagem de Execução das Despesas %
<b>RECEITAS</b>					
Dotações do Orçamento Geral do Estado	30.000	7.448	37.448	28.487	
<b>Total das Receitas</b>	<b>30.000</b>	<b>7.448</b>	<b>37.448</b>	<b>28.487</b>	
<b>DESPESAS</b>					
Formação Profissional	10.033	223	10.256	8.564	84%
Formação Técnica	1.033	3.083	4.116	710	17%
Bolsas de Estudo	11.874	1.252	13.126	16.389	125%
Outros Tipos de Formação	7.060	2.890	9.950	7.134	72%
<b>Total das Despesas</b>	<b>30.000</b>	<b>7.448</b>	<b>37.448</b>	<b>32.797</b>	<b>88%</b>



Tal como orçamentado houve um apoio de financiamento total, porém foram utilizados 88% do montante orçamentado. Esta utilização ficou a dever-se sobretudo à elevada utilização de programas de Bolsas de Estudo, a qual ultrapassou os seus alvos orçamentais, e de Formação Profissional e de Outros Tipos de Formação, que utilizaram mais de 70% do orçamento. A única utilização baixa foi na Formação Técnica, apesar de se ter conseguido uma utilização globalmente elevada de 88%, o que representa uma melhoria em relação aos 67% do ano anterior.

De seguida indica-se a composição das despesas segundo os diversos tipos de formação. As Bolsas de Estudo constituem a maior percentagem das despesas totais, seguidas da Formação Profissional e de Outros Tipos de Formação.



## Saldo de Dinheiro

No final do período contabilístico havia um saldo de 5,8 milhões de dólares, representando dinheiro e equivalentes a dinheiro mantidos no Banco Central de Timor-Leste.

(Valores em milhares de dólares)

<b>Saldo de Dinheiro em:</b>		
	<b>31 Dezembro 2012</b>	<b>31 Dezembro 2011</b>
<b>Saldo de Dinheiro no Banco Central de Timor-Leste</b>	5.775	10.206
<b>Avanços em Dinheiro</b>	31	26
<b>Total</b>	5.806	10.232

## Conclusão

No geral 2012 registou melhorias a nível da execução das Dotações Orçamentais, especialmente no que se refere a Bolsas de Estudo, Formação Profissional e Outros Tipos de Formação, comparativamente a 2011. É necessário melhorar muito mais na área da Formação Técnica.

## DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADES DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### **Declaração de responsabilidades do Ministério das Finanças relativamente à preparação e aprovação das Declarações Financeiras para o ano que terminou a 31 de Dezembro de 2012**

A declaração seguinte, que deve ser lida em conjunto com as responsabilidades do auditor independente indicadas no relatório do auditor independente, tem por objetivo distinguir as responsabilidades respetivas do Ministério das Finanças e dos auditores independentes relativamente às Declarações Financeiras do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano de Timor-Leste.

O Ministério das Finanças é responsável por preparar e apresentar devidamente as Declarações Financeiras de acordo com a Norma Internacional de Reporte Financeiro no Sector Público segundo o Método de Caixa de Contabilidade e com a Lei de Orçamento e Gestão Financeira de 2009.

Esta responsabilidade inclui também a conceção, estabelecimento e manutenção de controlo interno relevante para a preparação e apresentação correta das Declarações Financeiras isentas de erros materiais devidos a fraude ou erro, bem como a seleção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas.

As Declarações Financeiras acompanhantes para o ano que terminou a 31 de Dezembro de 2012 foram aprovadas em nome do Ministério das Finanças pelo Director-Geral do Tesouro do Ministério das Finanças.

**Agostinho Castro**  
**Director-Geral do Tesouro**  
**14 DE JUNHO DE 2013**

# **Relatório do Auditor Independente para o Ministro das Finanças da República Democrática de Timor-Leste sobre as Demonstrações Financeiras Anuais do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano de Timor-Leste para o ano findo em 31 de Dezembro de 2012**

Auditámos as Demonstrações Financeiras anexas do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano do Governo da República Democrática de Timor-Leste (“Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano”), que compreendem a Demonstração de recebimentos e pagamentos para o ano findo em 31 de Dezembro de 2012 e um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas, conforme expresso nas páginas 13 a 19.

## *Responsabilidade do Ministério das Finanças pelas Demonstrações Financeiras*

O Ministério das Finanças é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas Demonstrações Financeiras, em conformidade com a Parte 1 da norma internacional de contabilidade do sector público *Relato Financeiro Numa Base de Caixa* e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de Demonstrações Financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

## *Responsabilidade do Auditor*

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas Demonstrações Financeiras baseada na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as Demonstrações Financeiras estão isentas de distorções materiais.

Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das Demonstrações Financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das Demonstrações Financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das Demonstrações Financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a apropriação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela gerência, bem como avaliar a apresentação global das Demonstrações Financeiras.

Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.

#### *Bases para a Opinião com Reservas*

Conforme divulgado na Nota 8, o Fundo não tem implementado um processo formal que, relativamente aos pagamentos efectuados através do Banco Central de Timor-Leste (BCTL), permita confirmar que o beneficiário detalhado nas ordens de emissão de cheque ou de transferência recebeu o pagamento. O nosso principal procedimento de auditoria com vista a confirmar o beneficiário dos pagamentos consistiu, para uma amostra de pagamentos por cheque ou por transferência bancária, seleccionada a partir dos registos do Fundo, em solicitar detalhes sobre quem recebeu os pagamentos de acordo com os registos do BCTL, com o intuito de os conciliar com os detalhes do beneficiário existente nas ordens de pagamento. Como consequência deste pedido, tivemos conhecimento de que as instruções de pagamentos para cheques nacionais ou TPO's são preparados pelo BCTL e enviados para os bancos comerciais nacionais para estes processarem estes pagamentos. Deste forma, não nos foi possível confirmar através de procedimentos alternativos, que todos os cheques e TPO's foram pagos aos seus destinatários.

#### *Opinião*

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos das matérias descritas no parágrafo Bases para a Opinião com Reservas, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, os saldos de numerário em 31 de Dezembro de 2012 do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano e os seus recebimentos e pagamentos do ano então findo, de acordo com a Parte 1 da norma internacional de contabilidade do sector público *Relato Financeiro Numa Base de Caixa*.

#### *Ênfases*

Sem afectar adicionalmente a nossa opinião, chamamos a atenção para o seguinte:

- Na Nota 7 é referido que se verificou um incumprimento significativo do Decreto-Lei do Aprovisionamento e do Guia das Melhores Práticas por parte de algumas entidades públicas. Consequentemente, existe incerteza sobre se foi alcançado o objectivo de optimização dos dispêndios pretendido para o aprovisionamento, conforme referido no Decreto-Lei do Aprovisionamento e no Guia das Melhores Práticas.
- Na Nota 7 é referido que o Ministério das Finanças recebeu documentação relacionada com transacções através das quais ministérios terão assumido compromissos em nome do Governo sem terem dado cumprimento ao procedimento de Aviso de Autorização de Despesas (“AAD”) previsto na Lei do Orçamento e Gestão Financeira de 2009. AAD relacionados com tais transacções foram subsequentemente processados, tendo os correspondentes pagamentos sido registados na demonstração de recebimentos e pagamentos para o ano findo em 31 de Dezembro de 2012.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Chartered Accountants

Dili, 14 de Junho de 2013

**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**  
**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO**  
**DECLARAÇÃO DE RECEITAS E PAGAMENTOS EM DINHEIRO**  
**Para o ano que terminou a 31 de Dezembro de 2012**

	Nota	2012 Milhares de dólares	2011 Milhares de dólares
<b>RECEITAS</b>			
Receitas de Capital a partir do Fundo Consolidado de TL	2	28.487	24.882
Juros e Outros Rendimentos	3	<u>2</u>	<u>-</u>
		28.489	24.882
Pagamentos feitos pelo CFET em nome do Fundo	4	-	1,523
Pagamentos feitos pelo FI em nome do Fundo	4	<u>40</u>	<u>68</u>
<b>Total das Receitas</b>		<u>28.529</u>	<u>26.473</u>
<b>PAGAMENTOS</b>			
Formação Profissional		(8.564)	(3.884)
Formação Técnica		(710)	(264)
Bolsas de Estudo		(16.389)	(11.261)
Outros Tipos de Formação		<u>(7.134)</u>	<u>(785)</u>
<b>Pagamentos incluindo Impostos de Retenção</b>		<u>(32.797)</u>	<u>(16.194)</u>
Montante retido a partir de Fornecedores	3	<u>307</u>	<u>61</u>
<b>Pagamentos em Dinheiro</b>		(32.490)	(16.133)
Pagamentos feitos ao CFET	5	(310)	-
Pagamentos feitos em nome do Fundo de Infra-estrutura	5	<u>(155)</u>	<u>(108)</u>
<b>Total dos Pagamentos</b>		(32.955)	(16.241)
<b>Aumento/(Diminuição) de Dinheiro</b>		<u>(4.426)</u>	<u>10.232</u>
Dinheiro no início do ano		10.232	-
Aumento/(Diminuição) de Dinheiro		<u>(4.426)</u>	<u>10.232</u>
<b>Dinheiro no final do ano</b>	6	<u><u>5.806</u></u>	<u><u>10.232</u></u>

# **FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO**

## **REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**

NOTAS ÀS DECLARAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O ANO QUE TERMINOU A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

### **1. Políticas Contabilísticas**

#### **Aspectos Gerais**

A Lei N.º 1/2011 estabeleceu o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (o Fundo) a 23 de Março de 2011, ao abrigo do Artigo 32.º da Lei N.º 13/2009.

O Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano rege-se pelo Decreto-Lei N.º 12/2011. O objectivo do Fundo é financiar programas e projectos plurianuais para a formação e desenvolvimento de recursos humanos de cidadãos timorenses, com destaque para sectores de desenvolvimento essenciais como a justiça, a saúde, as infra-estruturas, a agricultura, o turismo, a administração do petróleo e a gestão financeira. São conduzidas actividades em Timor-Leste e no estrangeiro, incluindo bolsas de estudo para licenciaturas e pós-graduações universitárias.

O Fundo controla a sua própria conta bancária. As dotações e outras receitas em dinheiro, bem como as despesas, são operadas através desta conta bancária.

#### **Base de Preparação das Declarações Financeiras**

O Artigo 32.º da Lei do Orçamento e Gestão Financeira estabelece que, sempre que autorizada por lei, a Ministra das Finanças tem poder para estabelecer fundos especiais fora do Fundo Consolidado. As receitas, rendimentos e lucros destes fundos não são transferidos para o Fundo Consolidado no final do ano, sendo ao invés retidos pelos fundos de modo a que estes possam cumprir a sua finalidade. A Ministra das Finanças é responsável por gerir e controlar os fundos.

O número 4 do Artigo 42.º da Lei de Orçamento e Gestão Financeira (2009/13) estabelece que o Ministério das Finanças deverá entregar ao Parlamento Nacional um conjunto de Declarações Financeiras compiladas pelo Tesouro. Deste modo as Declarações Financeiras foram preparadas segundo a Norma Internacional de Reporte Financeiro no Sector Público segundo o Método de Caixa de Contabilidade (“Método de Caixa das NICSP”), em conformidade com a Parte 1 dessas Normas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente durante o período.

#### **Entidade de Reporte**

A entidade de reporte para estas declarações financeiras é o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano.

#### **Denominação de Reporte**

Todos os montantes são apresentados em dólares americanos (USD).

# FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO

## REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

NOTAS ÀS DECLARAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O ANO QUE TERMINOU A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

### **Data de Autorização**

As declarações financeiras foram autorizadas para publicação a 31 de Maio de 2013 por Agostinho Castro, Director-Geral do Tesouro, Ministério das Finanças, República Democrática de Timor-Leste.

### **Dinheiro**

O dinheiro engloba depósitos à ordem e equivalentes a dinheiro mantidos em bancos. A Parte 2 do Artigo 15.º da Lei de Orçamento e Gestão Financeira (2009/13) estabelece os requisitos para a operação de contas bancárias oficiais

### **Receitas**

A Declaração de Receitas e Pagamentos em Dinheiro regista como receitas:

- Montantes depositados nas contas bancárias oficiais do Fundo
- Pagamentos efectuados pelo Fundo em nome do CFET e do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)

### **Pagamentos**

A Declaração de Receitas e Pagamentos em Dinheiro regista os pagamentos efectuados através das contas bancárias oficiais do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano e pagamentos efectuados pelo CFET e pelo Fundo de Infra-estruturas em nome do Fundo. Estes pagamentos incluem:

#### *Formação e Bolsas de Estudo*

O Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano apoia projectos e programas de formação de recursos humanos através de actividades em Timor-Leste e da provisão de bolsas de estudo para cidadãos timorenses a nível de licenciaturas e pós-graduações universitárias em Timor-Leste e no estrangeiro.

#### *Fundo Consolidado de Timor-Leste*

Pagamentos ao Fundo Consolidado de Timor-Leste por vários itens incluindo o pagamento de impostos de retenção sobre pagamentos de fornecedores.

# FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO

## REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

NOTAS ÀS DECLARAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O ANO QUE TERMINOU A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

### 2. **Receitas a partir do Fundo Consolidado de Timor-Leste**

O Orçamento para o Ano Financeiro de 2012 foi aprovado a 25 de Novembro de 2011 e promulgado a 15 de Dezembro de 2012. Durante o ano de 2012 aprovou-se um Orçamento Rectificativo a 17 de Outubro de 2012, o qual foi promulgado a 25 de Outubro de 2012. As dotações originais eram de 30,00 milhões de dólares, tendo passado a 37,448 milhões com o Orçamento Rectificativo.

Durante o ano foram transferidas dotações aprovadas para as contas bancárias do Fundo a partir do Fundo Consolidado de Timor-Leste (CFET). Quaisquer saldos nas contas bancárias no final do ano financeiro são transportados para ser utilizados pelo Fundo em anos seguintes.

### 3. **Montantes retidos com base nos pagamentos a fornecedores**

*Pagamentos* incluem a retenção de impostos devidos pelos fornecedores . Estes montantes são devidos à Direcção Nacional de Receitas Domésticas.

*Montantes retidos nos pagamentos a fornecedores* são o montante de todos os impostos retidos sobre os pagamentos durante o ano.

*Pagamentos* são a rede de *pagamentos e montantes retidos nos pagamentos a fornecedores*.

### 4. **Pagamentos efectuados pelo Fundo de Infra-estruturas e pelo Fundo Consolidado de Timor-Leste em nome do Fundo**

Durante o ano financeiro o Fundo de Infra-estruturas fez pagamentos no valor de 40.000 dólares em nome do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano.

Estas transacções ocorrem durante o ano dado que foram feitos pagamentos através da conta de um fundo em nome de outro fundo, por razões operacionais ou de outro tipo.

### 5. **Pagamentos efectuados em nome do Fundo de Infra-estruturas**

Durante o ano financeiro foram efectuados pagamentos de 310.000 dólares ao CFET e pagamentos totalizando 155.000 dólares em nome do Fundo de Infra-estruturas. Todas as transacções efectuadas por e em nome de outros fundos foram liquidadas através das contas de Liquidação entre Instituições nos livros dos respectivos fundos.



# FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO

## REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

NOTAS ÀS DECLARAÇÕES FINANCEIRAS  
PARA O ANO QUE TERMINOU A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

### 6. Dinheiro

(Valores em milhares de dólares)

Saldo de Dinheiro em:		
	31 Dezembro 2012	31 Dezembro 2011
Saldo de Dinheiro no Banco Central de Timor-Leste	5.775	10.206
Avanços de Dinheiro	31	26
<b>Total</b>	<b>5.806</b>	<b>10.232</b>

### 7. Incumprimento procedimental em Processos de Aprovisionamento e Pagamento

#### Compromissos que não obedecem ao Procedimento de Aviso de Autorização de Despesas (AAD)

O Ministério das Finanças recebeu documentação relativa a transacções onde os Ministérios comprometeram o Governo sem que tenham cumprido o Procedimento de Aviso de Autorização de Despesas (AAD), estabelecido na Lei de Orçamento e Gestão Financeira. AAD's relativos a estas transacções foram processados e as transacções relevantes foram registados na Declaração Consolidada de Receitas e Pagamentos para o ano terminado a 31 de Dezembro de 2012.

#### Transacções que não cumpriram os Procedimentos de Aprovisionamento

O Aprovisionamento foi descentralizado durante o Ano Financeiro de 2010 de acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010. Em conjunto com este Decreto-Lei, o Ministério das Finanças emitiu um Guia de Melhores Práticas de Aprovisionamento, o qual deve ser observado em momento anterior à submissão de documentação de pagamento ao Ministério das Finanças. O Decreto Lei n.º 1/2010 e o Guia de Melhores Práticas do Aprovisionamento fornecem o enquadramento das práticas de aprovisionamento pelas Linhas Ministeriais. Uma investigação às práticas de aprovisionamento por auditores independentes nos 13 Ministérios e outras agências autónomas durante 2011 e 2012 determinou a ocorrência de diversas situações de incumprimento com o enquadramento das práticas de aprovisionamento.

Após a emissão de tais relatórios, o Governo introduziu novos procedimentos de controlo em conjunto com o módulo Aprovisionamento/Contratos FreeBalance. Para além disso, a Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) melhorou os seus procedimentos de controlo e fortaleceu a sua capacidade de monitorizar projectos.

Contudo, continua a existir incerteza sobre se os objectivos de procedimento, sobretudo em matéria de Valor por Dinheiro, foram alcançados durante o ano financeiro.

#### **8. Pagamentos feitos ao Beneficiário:**

O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) fornece serviços de pagamentos ao fundo. A maior parte dos pagamentos feitos pelo fundo ocorrem via cheques e ordens de pagamento (OP) e não através de instruções electrónicas. O BCTL não informa o fundo sobre quem é pago por cheque ou por OP. O fundo considera portanto que não é possível implementar um processo formal de confirmação detalhada sobre os beneficiários de pagamento por cheque ou OP. Consequentemente, o fundo precisa de obter informações sobre não pagamento para identificar situações em que os beneficiários não tenham recebido o montante devido.

#### **9. Orçamento Aprovado Original e Final e Comparação com Montantes Orçamentais e Actuais**

As bases orçamentais e de contabilidade diferem. As declarações financeiras são preparadas numa base caixa para o período que termina a 31 de Dezembro de 2012.

O orçamento foi aprovado pelo Parlamento Nacional a 25 de Novembro de 2011. Adicionalmente, o Orçamento Rectificativo foi aprovado a 17 de Outubro de 2012. O orçamento e as despesas debitadas encontram-se expressos nas declarações suplementares emitidas em conjunto com as declarações financeiras.

As receitas e pagamentos descritos nas declarações financeiras para o período que termina a 31 de Dezembro de 2012 são ajustados conforme se segue por meio de nota que permite a comparação do orçamento com as receitas e pagamentos efectivamente realizados durante o ano. Eles são ajustados para incluir pagamentos para bens e serviços recebidos (incluindo retenção de impostos) entre 1 de Janeiro de 2012 e 29 de Fevereiro de 2012 face a bens e serviços recebidos até 31 de Dezembro de 2011. A retenção de impostos sobre tais pagamentos é igualmente contabilizada como receita. Isto ocorre de acordo com os padrões de contabilidade aprovados pelo Ministério das Finanças.

A 31 de Dezembro de 2012, tendo sido adoptada uma Base Caixa Completa de Contabilidade, só recibos de dinheiro e pagamentos efectuados até 31 de Dezembro de 2012 foram contabilizados com base nas dotações orçamentais. A Base Caixa Completa de contabilidade será adoptada nos anos futuros.

As despesas do Governo com base nas dotações aprovadas pelo Parlamento Nacional no ano financeiro de 2012 foram na ordem dos 85%.

# FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO

## REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

NOTAS ÀS DECLARAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O ANO QUE TERMINOU A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

A tabela seguinte mostra os ajustes entre a Declaração de Receitas e Pagamentos em Dinheiro para o período que terminou a 31 de Dezembro de 2012, de acordo com a política contabilística do Fundo:

**REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE**  
**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO**  
**RESUMO DAS DECLARAÇÕES DE RECEITAS E PAGAMENTOS EM DINHEIRO CONTA AS DOTAÇÕES NO AF DE 2012**

	Original após Rectificação	Dotações orçamentais transportadas a partir do período anterior	Dotações finais	Pagamento de bens e serviços contra o orçam. para 2012 e impostos de retenção resultantes até 31 de Dezembro de 2012	Pagamento de bens e serviços contra o orçam. para 2011 e impostos de retenção resultantes até 29 de Fevereiro de 2012	Pagam. Líquidos para 2012	Percent.
	(A) Milhares de dólares	B = (C-A) Milhares de dólares	C Milhares de dólares	D Milhares de dólares	E Milhares de dólares	F=D-E Milhares de dólares	G = F/C %
<b>RECEITAS</b>							
Receitas de Capital a partir do CFET	30.000	<b>7.448</b>	37.448	28.487	-		
<b>Total das Receitas</b>	<b>30.000</b>	<b>7.448</b>	<b>37.448</b>	<b>28.487</b>	-		
<b>PAGAMENTOS</b>							
Formação							
Profissional	10.256	-	10.256	8.564	(84)	8.480	83%
Formação Técnica	4.116	-	4.116	710	(22)	688	17%
Bolsas de Estudo	13.126	-	13.126	16.389	(389)	16.000	122%
Outros Tipos de Formação	9.950	-	9.950	7.134	(114)	7.020	71%
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>37.448</b>	-	<b>37.448</b>	<b>32.797</b>	<b>(609)</b>	<b>32.188</b>	<b>86%</b>

## DECLARAÇÕES SUPLEMENTARES NÃO AUDITADAS

### Índice

Declaração detalhada de despesas por projectos

21

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO**  
**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CAPITAL HUMANO**  
**DECLARAÇÃO DETALHADA DAS DESPESAS POR PROJETO**

(em milhares de dólares)

<b>Código</b>	<b>Program</b>	<b>Sub Program</b>	<b>Dono do Projecto</b>	<b>Nome do Projecto</b>	<b>Tipo do Projecto</b>	<b>Balanco 2011(A)</b>	<b>Orçamento Original(B)</b>	<b>Orçamento Final(C)</b>	<b>Despesas em Dinheiro(D)</b>	<b>% D/C</b>
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Formação de mão-de-obra exterior	DCH	-225	1,701	1,701	357	21%
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Contra partida ho Brazil	DCH	412	950	950	-	-
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Apoio ao Centro de Formação	DCH	45	1,150	1,195	1,465	123%
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Centro Tibar	DCH	-	511	511	-	-
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Formação de formadores	DCH	-373	300	300	2,762	921%
810	Formação profissional	Formação profissional SEFOPE	SEFOPE	Formação em construção civil	DCH	269	500	500	-	-
810	Formação profissional	Formação professional MF	MoF	Formação básica em línguas e competências matemática	DCH	323	-	14	409	2921%
810	Formação profissional	Formação professional MJ	MJ	Formação profissional para criminalistas, agentes de cadastro, auditores, magistrados, notários, advogados privados, tradutores e inspectores	DCH	391	4,921	5,085	3,335	66%
<b>Sub Total</b>						<b>842</b>	<b>10,033</b>	<b>10,256</b>	<b>8,328</b>	<b>81%</b>
811	Formação Técnica	Formação Técnica	ME	Formação Técnica relativa ao Ensino Superior e Politécnico em Suai e Lospalos	DCH	2,395	670	2,686	-	-
811	Formação Técnica	Formação Técnica	MAEOT/INAP	Formação em Administração Pública	DCH	191	363	551	710	129%
811	Formação Técnica	Formação Técnica	ME	Formação Legal em Timor-Leste	DCH	500	-	879	-	-
<b>Sub Total</b>						<b>3,085</b>	<b>1,033</b>	<b>4,116</b>	<b>710</b>	<b>17%</b>
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo SERN	SERN	Formação no Sector Petrolífero	DCH	2,078	2,500	2,618	2,775	106%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Ministerio das Financas	MoF	Finanças Públicas e Formação Informática	DCH	2,145	1,713	2,196	263	12%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo Education	ME	Projecto de Bolsas de Estudo	DCH	6,643	7,020	7,098	1,560	22%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo para Portugal	DCH	-2,092	-	-	3,463	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo para Indonésia	DCH	-2,218	-	-	1,189	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo para Australia	DCH	-2,389	-	-	1,415	-

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO**  
**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CAPITAL HUMANO**  
**DECLARAÇÃO DETALHADA DAS DESPESAS POR PROJETO**

(em milhares de dólares)

<b>Código</b>	<b>Program</b>	<b>Sub Program</b>	<b>Dono do Projecto</b>	<b>Nome do Projecto</b>	<b>Tipo do Projecto</b>	<b>Balanco 2011(A)</b>	<b>Orçamento Original(B)</b>	<b>Orçamento Final(C)</b>	<b>Despesas em Dinheiro(D)</b>	<b>% D/C</b>
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo para Índia	DCH	-58	-	-	90	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Projecto de Subsidio aos Estudantes Finalistas na Indonésia	DCH	-263	-	-	179	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Projecto de Subsidio aos Estudantes Finalistas em Timor-Leste	DCH	-2,567	-	-	2,397	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Projecto de Co-financiamento de Bolsas de Estudo para vários países (China, Macau e CDU)	DCH	-167	-	-	1,209	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Projecto de Bolsas de Estudo Estratégicas para vários países (Tailandia, Escocia, Inglaterra,	DCH	-154	-	-	760	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Âcompanhamento e Monitorização dos bolseiros e Prospecção de Novas Universidades	DCH	-113	-	-	252	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Novas bolsas de estudo de lingua portuguesa	DCH	-116	-	-	10	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Novas bolsas de lingua inglesa	DCH	-	-	-	13	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudos Educação	ME	Processo de selecção (Exames de português e ingles, entrevistas)	DCH	-	-	-	1	-
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo MAEOT/INAP	MAEOT/INAP	Docentes do INAP	DCH	42	640	682	400	59%
812	Bolsas de Estudo	Bolsas de Estudo MAEOT/INAP	MAEOT/INAP	Funcionários Públicos	DCH	531	-	531	111	21%
<b>Sub Total</b>						<b>1,302</b>	<b>11,874</b>	<b>13,126</b>	<b>16,088</b>	<b>123%</b>
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação de Jovens	SEJD	Formação de Jovens	DCH	77	264	344	415	121%
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação FFDTL	FFDTL	Formação de Oficiais das F-FDTL	DCH	321	650	958	394	41%
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação PNTL	PNTL	Formação de Agentes da PNTL	DCH	-50	-	-	232	-
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação MF	MoF	Formação inicial	DCH	29	-	-	359	-
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação Saude	MS	Formação em Saúde e Medicina	DCH	2,026	2,758	4,682	1,347	29%
813	Outros Tipos de Formação	Outros Tipo de Formação ME	ME	Formação Profissional de Professores do Ensino Superior e Politécnico	DCH	579	579	1,157	1,427	123%
813	Outros Tipos de Formação	Otros Tipos de Formação	ALL MINISTRY	Other types of Training	DCH	-13	-	-	140	-

**FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO**  
**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO CAPITAL HUMANO**  
**DECLARAÇÃO DETALHADA DAS DESPESAS POR PROJETO**

(em milhares de dólares)

<b>Código</b>	<b>Program</b>	<b>Sub Program</b>	<b>Dono do Projecto</b>	<b>Nome do Projecto</b>	<b>Tipo do Projecto</b>	<b>Balanco 2011(A)</b>	<b>Orçamento Original(B)</b>	<b>Orçamento Final(C)</b>	<b>Despesas em Dinheiro(D)</b>	<b>% D/C</b>
813	Outros Tipos de Formação	Bolsa aos Funcionários Públicos, Servidores do Estado e Líderes Comunitários nas áreas da Administração Pública e Gestão Governação		Bolsa aos Funcionários Públicos, Servidores do Estado e Líderes Comunitários nas áreas da Administração Pública e Gestão Governação		-	905	905	461	51%
813	Outros Tipos de Formação	Capacitação e Treinamento		Capacitação e Treinamento		-	286	286	32	11%
813	Outros Tipos de Formação	capacitação/Formação Recursos Humanos (PNTL)		capacitação/Formação Recursos Humanos (PNTL)		-	339	339	12	3%
813	Outros Tipos de Formação	capacitação/Formação Recursos Humanos (PNTL)		capacitação/Formação Recursos Humanos (PNTL)		-	183	183	85	46%
813	Outros Tipos de Formação	Treinamento de Auditoria aos Funcionários da Inspeção		Treinamento de Auditoria aos Funcionários da Inspeção Geral e dos Ministérios		-	699	699	115	16%
813	Outros Tipos de Formação	Bolsas de Estudo e Formação dos Funcionários do SEPI		Bolsas de Estudo e Formação dos Funcionários do SEPI		-	57	57	6	10%
813	Outros Tipos de Formação	Capacitação/Formação de Recursos Humanos (PGR)		Capacitação/Formação de Recursos Humanos (PGR)		-	40	40	55	137%
813	Outros Tipos de Formação	Monitoria, acompanhamento, economato e outros		Monitoria, acompanhamento, economato e outros		-	300	300	395	132%
<b>Sub Total</b>						<b>2,968</b>	<b>7,060</b>	<b>9,950</b>	<b>5,474</b>	<b>55%</b>
815	Fundo não afectado (FI)	Fundo não afectado (FI)	WoG/MoF	Fundo não afectado (FI)	GP	0	-	-	1,588	-
<b>Sub Total</b>						<b>0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1,588</b>	<b>-</b>
<b>Grand Total</b>						<b>8,198</b>	<b>30,000</b>	<b>37,448</b>	<b>32,188</b>	<b>86%</b>

*Note: Em 2012, as dotações não despendidas do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, no montante de \$8,198 milhões, transitaram de 2011 para o ano seguinte, uma vez que este fundo é multianual.*

*O montante incluído nas dotações de 2012 enquanto saldo transitado limitou-se a \$7,448 milhões, uma vez que foi o saldo aprovado pelo Parlamento Nacional no Orçamento Rectificativo em Outubro de 2012. O montante aprovado de \$7,448 foi adicionado ao Orçamento Original de 2012 no valor de \$30 milhões, totalizando uma Dotação Orçamental final de \$37,448 milhões. A diferença de \$750.000 entre o saldo efectivamente transitado de \$8,198 milhões e o saldo aprovado de \$7,448 foi incluída no montante do Orçamento para 2013, transitado a 31 de Dezembro de 2012, o qual foi aprovado pelo Parlamento Nacional com esta dotação adicional.*

*Os saldos das Declarações Suplementares não auditadas foram ajustadas para demonstrar os movimentos acima descritos em 2012.*